

Pensamento único ou o Consenso Brasileiro?

Na semana que passou dois eventos reuniram economistas e candidatos de várias correntes de pensamento. O primeiro foi o tradicional Fôrum da Liberdade em Porto Alegre, patrocinado pelo Instituto de Estudos Empresariais, e o segundo um grande seminário promovido pela Tendências Consultoria em São Paulo.

O primeiro teve como tema os desafios da democracia para o próximo século, e o segundo a economia em 2002 e 2003. Na verdade, todavia, só há um tema sobre a mesa, as eleições e o que os candidatos e seus respectivos assessores pensam sobre a economia.

Pode-se argumentar que é um tanto prematuro para que os candidatos e seus economistas tenham prontos os seus programas, o que explicaria a cautela e a superficialidade de muitas manifestações. Mas a verdade é que as candidaturas já estão postas faz muito tempo, e mesmo que não estivessem, as opiniões já estão formadas. Portanto, ninguém pode dizer que não pensou no assunto ou ainda não tem clareza sobre o que fazer.

Descontadas também as manifestações na categoria “platitude”, o fenômeno mais interessante dos dois debates foi a convergência. Todos mais ou menos concordam com todos, a menos de coisas muito específicas, ou adjetivas, ou que ficaram para trás e perderam a importância. Para quem esperava debates agressivos, quem sabe objetos e impropérios atirados pelos participantes, o sentimento foi de absoluta frustração.

É interessante registrar que esta convergência é ainda mais clara quando se trata do passado. Todos festejam a estabilidade como uma velha companheira de viagem, como se tivessem ajudado e participado, e como se todos os meios usados para alcançá-la fossem legítimos dada a importância desta extraordinária conquista.

Guido Mantega, ao lado de Luis Carlos Mendonça de Barros, em nada criticou a privatização. Disse que o que foi feito estava de bom tamanho, e que era para privatizar mesmo. O máximo de crítica que se ouve da oposição é alguma coisa na linha de “uma auditoria”, um despropósito evidente e um insulto a todos os órgãos de controle, o Congresso Nacional inclusive, que acompanham de perto o processo.

Afora isso, registre-se que o candidato Ciro Gomes entende que venderia as teles por um preço melhor.

Sobre a abertura, cessaram os queixumes e a cada manifestação entendida como protecionista, a plateia quer detalhes e o que se segue são desculpas pelo desvio. Só se fala em protecionismo de forma cifrada quando se menciona “política comercial externa agressiva” ou “substituição de importações”. Com efeito, neste último tema ainda se ouve algumas caneladas à teoria das vantagens comparativas, mas nada desclassificante.

O tema “política industrial” é levantado com uma cautela impressionante, e os exemplos são tão cuidadosos que ninguém pode admitir posição contrária.

A responsabilidade fiscal transformou-se em dogma pois, com efeito, introduziu uma dimensão ética na discussão, antes estéril, sobre o “ajuste fiscal”, e portanto, retirou o tema da esfera de posturas que nos é imposta pelo FMI em detrimento de nosso desenvolvimento. Todos os candidatos se declaram “responsáveis” e fim da discussão. Afinal, é isto que quer a platéia

Por toda parte, quando os candidatos e seus assessores falam em gastar dinheiro as audiências se levantam, num frêmito de desconfiança, perguntam sobre “como fecham as contas” ou “de onde vai sair o dinheiro”. Candidatos a presidente e a governador, agora, precisam saber fazer conta, e a embromação simplesmente não cola.

Continuidade “do que é bom”, ou “sem continuismo”, é tudo que se ouve, para o lamento, por exemplo, dos jornalistas que vão cobrir os eventos e que, ao final, se dizem “sem lead”, ou seja, sem uma manchete.

A isso deve se juntar o relatório apresentado pelo relator da CPI do PROER, deputado Alberto Goldman, extensamente comentado em editorial do Estado em 8/4/2002 (“A CPI do Proer”), a conclusão sendo que o programa foi necessário, e que a obrigação do dirigente público é agir desta forma, ativa e diligente.

Todos parecem inclinados a permanecer com o regime de flutuação cambial, e com metas de inflação. Até o PT. Alguns candidatos chegam a falar em manter o próprio presidente do BC.

O cidadão pode se perguntar o que está acontecendo e onde está o debate. A campanha estaria gestando um “clone” do presidente FHC? O PT move-se para posições mais moderadas, e o candidato do governo não mais contesta, senão por distração, as políticas de governo que sempre criticou. Os outros candidatos esmeram-se no adjetivo, a fim de diferenciar seu produto, mas sem muito sucesso. Os candidatos todos estão se aglomerando no “centro”, ou como diriam os politólogos, procurando identificar-se com o “eleitor mediano”, o qual, ao que parece, quer alguém parecido com FHC.

Em razão deste curioso fenômeno, surge cristalino, como o relatório do deputado Goldman, um inequívoco veredicto favorável às reformas do governo FHC, o que não deixa de ser uma notável evolução, não livre de ironia, é claro, tendo em vista o gás lacrimogêneo gasto para se fazer as reformas.

De se registrar, todavia, que os candidatos estão convergindo para longe de si mesmos e do que foram no passado. Este movimento tem de ser convincente para ser bem sucedido, e isto vai depender do candidato. A julgar pelos dois eventos da semana, o sucesso estará em ficar mais parecido com FHC e não mais diferente, como se acreditou em certa altura.

Política tem dessas coisas.